



## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 001/2026**

### **CONTRATANTE:**

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRAS DE  
MACACU/RJ**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS TRADICIONAIS E DE APOIO COM CARÁTER PEDAGÓGICO PARA EQUIPAR AS DIVERSAS ÀREAS QUE COMPÕEM AS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ.

### **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$: 372.967,69 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).**

### **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia: 04/02/2026 às 10 horas (horário de Brasília)**

### **REGIME DE CONTRATAÇÃO:**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR ITEM**

### **MODO DE DISPUTA:**

**ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU**, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003/2026, de 05 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e o Decreto Municipal 5022/2024, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa “**ABERTO**” para “**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS TRADICIONAIS E DE APOIO COM CARÁTER PEDAGÓGICO PARA EQUIPAR AS DIVERSAS ÁREAS QUE COMPÕEM AS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ**”, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência que segue em anexo.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO



XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**ANEXOS:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;

**PREGÃO ELETRÔNICO N 001/2026 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE  
CACHOEIRAS DE MACACU/RJ**

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia **04/02/2026**, às 10:00 horas, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**II – DO OBJETO**

2.1 Esta licitação tem por objeto o “**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS TRADICIONAIS E DE APOIO COM CARÁTER PEDAGÓGICO PARA EQUIPAR AS DIVERSAS ÁREAS QUE COMPÕEM AS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU.**”, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [licitanet.com.br](https://www.licitanet.com.br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [licitacoespmcm@gmail.com](mailto:licitacoespmcm@gmail.com)

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade



3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

#### **IV – DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

#### **V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

## **VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO**

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. Juntamente com a proposta de preço, a licitante deverá anexar **obrigatoriamente** o catálogo, folheto técnico ou material publicitário oficial do fabricante, contendo imagens, descrições detalhadas, dimensões e materiais dos itens ofertados, conforme previsto no item 9.12 do Termo de Referência (Anexo I)

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.



6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

## **VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

## **VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 1,00 (um real) entre os lances, que





incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.10 Do desempate:

8.10.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta,





obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.11 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

8.12 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.13 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

## **IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.1.1. A aceitação da proposta de menor preço dar-se-á mediante a prévia análise do material anexo (catálogo, folheto técnico, portfólio) para a verificação do atendimento às especificações mínimas e condições detalhadas no Termo de Referência. Caso o material de apoio não comprove a conformidade do produto, a proposta será desclassificada.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.



9.3 Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.8 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

## **X – DA HABILITAÇÃO**

10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.



10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

**Habilitação jurídica**

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**Regularidade fiscal, social e trabalhista**

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

**10.5 Qualificação econômico-financeira:**

10.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



10.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.2.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.5.2.2) Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.5.2.3) As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

10.5.3) As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

10.5.4) Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

10.5.5) Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

10.5.6) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.5.7) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

#### **10.6 Declarações exigidas:**

- a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

10.6.1 As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br> e a da alínea “d” deverá ser apresentada junto com as documentações de habilitação.

#### **10.7 Qualificação técnica:**

10.7.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa fornecido quantitativo não inferior à 10% dos itens características semelhantes.

10.8 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

10.9 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que



a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

10.10 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.12 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.12.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.13 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.14 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

10.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

10.17 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.





10.18 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

## **XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

## **XII – DOS RECURSOS**

12.1 A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;

b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

12.2 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.





12.4 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de R\$ 372.967,69 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos) conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

13.1.1 Natureza de Despesa:

**50.007.12.361.0010.4.4.90.52.00.00.00.00.1.573.0000**

13.2 Em razão das limitações sistêmicas do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 2 (dois) anos e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 2 (dois) anos, que corresponde à vigência da contratação.

### **XIV – DO PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no instrumento contratual, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ.

### **XV – DAS PENALIDADES**

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:

a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;



b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.

c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta da ata de registro de preços, anexa a este edital.

## **XVI – DA CONTRATAÇÃO**

16.1 Homologada a licitação, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a



ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

16.5 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.6 O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.7 A critério do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

## **XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

19.2 Assegura-se a este FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o direito de:



19.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

19.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

19.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

19.2.4 Adiar a data da sessão pública.

19.3 O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

19.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

19.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

19.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

[www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br);

[https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==\\*/consulta/31197](https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197).

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 16 de janeiro de 2026.

Osório Luís Figueiredo de Souza  
Gestora do Fundo Municipal de Educação



ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025**

**SETOR REQUISITANTE: INFRAESTRUTURA**

**1. OBJETO:**

- 1.1 Aquisição de mobiliários tradicionais e de apoio com caráter pedagógico para equipar as diversas áreas que compõem as dependências das Unidades Escolares Municipais de Cachoeiras de Macacu/RJ.

**2.ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	<b>ALMOFADÃO ORTOGONAL -TAMANHO GRANDE</b> Feito com acabamento em couro artificial; Inclui compartimento para enchimento com abertura em zíper; Medindo no mínimo: 100 cm de largura x 90 cm de altura; cores variadas.	<b>Unidade</b>	<b>10</b>
2.	<b>ARMÁRIO TIPO ESTANTE (DIMENSÃO-800X500X1600 MM)</b> Dimensões e Tolerâncias mínimas de : Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 1600 mm dentro dos limites das normas técnicas da ABNT. Estrutura Geral:Construído em MDP com espessuras variadas: Tampo superior sobreposto e sub tampo com 25 mm de espessura. Laterais, prateleiras e fundo com espessura mínima de 18 mm e 15 mm, respectivamente. O revestimento em laminado melamínico, com no mínimo 0,2 mm de espessura, é texturizado, semi fosco e antirreflexo, aplicado nas superfícies superiores e inferiores. As bordas com fita de poliestireno: 2,5 mm nas áreas principais e 1,0 mm nas demais, todas coladas a quente (sistema holtmelt) com raio de curvatura mínimo de 2,5 mm. Portas:Produzidas em MDP com espessura de 18 mm, revestidas em laminado melamínico de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Portas fixadas com dobradiças metálicas com abertura mínima de 105 graus e possuem pequeno travamento no final do curso,	<b>Unidade</b>	<b>20</b>



	<p>Sistema de travamento simultâneo: porta direita com fechadura de lingueta e porta esquerda com batentes metálicos.</p> <p>Portas com puxadores metálicos, localizadas abaixo do sub tampo.</p> <p>Prateleiras e Compartimentos:</p> <p>Contém três prateleiras reguláveis, fixadas com suportes plásticos ajustáveis para diferentes alturas.</p> <p>Sub tampo fixo a 745 mm, criando uma separação entre a área com portas e a estante aberta acima.</p> <p>Fundo e Fixação: Fundo em MDP de 15 mm, embutido nas laterais, tampo superior, sub tampo e inferior, sem frestas, garantindo travamento e estabilidade do corpo do armário.</p> <p>As partes do móvel são unidas por cavilhas e parafusos ocultos do tipo mini fix, proporcionando firmeza e estética.</p> <p>A base do armário inclui sapatas niveladoras em material plástico e/ou metálico de alta resistência, para correção de desníveis no piso.</p> <p>As sapatas são ajustáveis internamente, facilitando o nivelamento.</p> <p>Garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação.</p>		
3.	<p><b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 1)</b></p> <p>Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 31 cm.</p>	Unidade	4
4.	<p><b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 2)</b></p> <p>Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 32 cm.</p>	Unidade	6
5.	<p><b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 3)</b></p> <p>Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 45 cm</p>	Unidade	8
6.	<p><b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 4)</b></p>	Unidade	12





	Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 50 cm.		
7.	<b>BANQUETA BAIXA EM AÇO</b> O material deverá ser de aço, pintura em verniz ou eletrostática texturizada homogênea, medindo 36 centímetros de largura e 45 centímetros de altura.	<b>Unidade</b>	<b>42</b>
8.	<b>CADEIRA EMPILHÁVEL EM POLIPROPILENO</b> Material: Polipropileno injetado Lavável; Empilhável; Ergonômica; Resistente-suporta não menos que 180 kg Medindo: 49 de largura x 46/80 altura cm.	<b>Unidade</b>	<b>75</b>
9.	<b>CADEIRA DE ATENDIMENTO.</b> Assento: compensado multilaminado 10mm com espuma expandida/laminada com 40mm de espessura média. Encosto: compensado multilaminado 18mm com espuma expandida/laminada com 30mm de espessura média e densidade de 45/55kg m <sup>3</sup> . Estrutura: tubo de aço industrial quadrado 20 x 20 mm parede mínima 1,06mm; sapatas articuladas e separadas que evitam o atrito entre as pernas ao empilhar em polipropileno injetado; Componentes metálicos com tratamento de superfície em fosfato de zinco; pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 200º C, na cor preta. Dimensões aproximadas da cadeira: Largura da cadeira: 480mm; Profundidade da cadeira: 570mm; Altura total de cadeira: 920mm; Altura do encosto: 390mm; Largura do encosto: 370mm; Profundidade do assento: 405mm; Largura do assento: 430mm.	<b>Unidade</b>	<b>100</b>
10.	<b>CADEIRA SEM BRAÇOS</b> Dimensões Gerais: 465 mm (largura) x 610 mm (profundidade) x 860 mm (altura). Aceita variações de até 5%, respeitando normas ABNT. Estrutura: Pés em formato de "S", tubo SAE 1010/1020 de 25,40 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura. Lâmina de aço estrutural nervurada, com fixação por parafusos sextavados e porcas de garras duplas rebitadas. Encosto: Polipropileno com espuma injetada de 40 mm, densidade 45-55 kg/m <sup>3</sup> , anatômico e isento de CFC. Dimensões: 425 x 365 mm.	<b>Unidade</b>	<b>100</b>



	<p>Assento: Compensado multilaminado de 13 mm, espuma injetada de 50 mm, densidade 45-55 kg/m<sup>3</sup>, revestido em poliéster. Dimensões: 465 x 430 mm.</p> <p>Tratamento e Pintura: Banho Nano cerâmico para proteção anticorrosiva, pintura a pó híbrida (poliéster epóxi), preta, semi fosca</p> <p>Garantia de 5 anos.</p>		
11.	<p><b>CADEIRA COM ENCOSTO ALTO (GIRATÓRIA)</b></p> <p>Revestimento em tecido sintético de poliéster.</p> <p>Estrutura: Base giratória desmontável com 5 hastes e rodízios de nylon. Coluna central com regulagem de altura por mola a gás, sistema de relax com trava automatizada. Pintura a pó híbrida, preta, com tratamento anticorrosivo Nano cerâmico.</p> <p>Assento: Compensado multilaminado de 14 mm, espuma injetada de alta densidade (45/55 kg/m<sup>3</sup>), 60 mm de espessura, contracapa de polipropileno. Dimensões: 485 x 465 mm.</p> <p>Encosto: Compensado de 14 mm com curvatura anatômica, espuma de poliuretano injetada (45/55 kg/m<sup>3</sup>), 60 mm de espessura, revestido em tecido sintético. Dimensões: 460 x 600 mm.</p> <p>Apoio de Braços em Polipropileno; regulagem de altura em 7 posições e ajuste horizontal.</p> <p>Garantia de 5 anos.</p> <p>Dimensões Gerais: 660 x 660-975 x 1065-1180 mm</p>	<b>Unidade</b>	<b>40</b>
12.	<p><b>GAVETEIRO VOLANTE 3 GAVETAS</b></p> <p><b>Dimensões:</b> Largura: 300 mm. <b>Profundidade:</b> 450 mm. <b>Altura:</b> 500 mm</p> <p><b>Material e Acabamento: Estrutura em MDP.</b></p> <p><b>Espessura:</b> 15 mm (laterais, frentes, fundo e base), 18 mm (tampo superior);</p> <p><b>Revestimento:</b> Laminado melamínico texturizado em ambas as faces</p> <p><b>Bordas:</b> Perfil termoplástico de 1 mm (laterais) e 2 mm (tampo), coladas no sistema "hot melt"</p> <p><b>Conjunto de Gavetas: Estrutura em</b> Chapa de aço metálica dobrada, espessura mínima de 0,45 mm;</p> <p><b>Travamento:</b> Haste acionada frontalmente por fechadura com chave interna, capa plástica externa de polietileno injetado;</p> <p><b>Sistema Escamoteável, que minimiza choques acidentais;</b></p> <p><b>Deslizamento:</b> Corrediças metálicas com 02 roldanas em nylon, abertura por cavidades laterais;</p> <p><b>Rodízios:</b> 04 rodízios de duplo giro injetados em polipropileno para facilitar a movimentação</p> <p><b>Acabamento e Tratamento: Tratamento Anticorrosivo:</b> Fosfatização em todas as partes metálicas.</p>	<b>Unidade</b>	<b>34</b>



	<b>Pintura:</b> Epóxi para maior durabilidade		
13.	<b>MESA REDONDA Dimensão:1100mmx740mm</b> Placa de partícula de madeira de média densidade, 25mm de espessura. Revestimento em filme termo prensado melamínico, 0,2mm de espessura, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, 2,5mm de espessura, raio mínimo de 2,5mm em todo contorno. Fixação com buchas metálicas e parafusos. <b>Estrutura:</b> Tubos e chapas metálicas. Quatro apoios em chapa de aço repuxada curva, 1,2mm de espessura. Coluna central de sustentação em tubo redondo de 75 Ø x 1,2mm de espessura mínima. Quatro apoios superiores em tubos de aço de no mínimo 20 x 20 x 1,2mm de espessura. Acabamento com sapatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência. <b>Acabamento e Tratamento: Tratamento Anticorrosivo: Fosfatização em todas as partes metálicas. Pintura: Epóxi para maior durabilidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>10</b>
14.	<b>MESA RETANGULAR</b> <b>Dimensão:1350mmx600mm740mm</b> Mesa composta por: Tampo: Placa de partícula de madeira de média densidade, 25mm de espessura. Revestimento em filme termo prensado melamínico, 0,2mm de espessura, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, 2,5mm de espessura, raio mínimo de 2,5mm em todo contorno. Fixação com buchas metálicas e parafusos. Estrutura: Tubos e chapas metálicas. Quatro apoios em chapa de aço repuxada curva, 1,2mm de espessura. Coluna central de sustentação em tubo redondo de 75 Ø x 1,2mm de espessura mínima. Quatro apoios superiores em tubos de aço de 20 x 20 x 1,2mm de espessura mínima. Acabamento com sapatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência. Acabamento e Tratamento: Tratamento anticorrosivo por fosfatização. Pintura epóxi.	<b>Unidade</b>	<b>12</b>
15.	<b>MESA EM FORMATO L:</b> Dimensões: 1500/1500 mm x 600/600 mm x 740 mm. Características mínimas : Tampo em placa de partícula de madeira de média densidade de 25 mm de espessura. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, com 2,5mm de espessura, raio da borda no mínimo 2,5mm em todo contorno. Deverá ser fixada a estrutura por meio de buchas metálicas e parafusos. Com 03 furos e passa cabos de 60 mm com tampa removível em material pvc rígido.	<b>Unidade</b>	<b>15</b>



	<p>Painel (saia) - Em placa de partícula de madeira de média densidade de 15 mm de espessura e 280 mm de altura, mínimas, sob o tampo. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno em todo contorno.</p> <p>A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Calha: Deverá ser confeccionada com chapas metálicas de 0,9 mm, dobradas em formato "J", com divisão interna horizontal que possibilita a passagem de fiação individual (elétrica e telefonia), com orifícios para instalação de no mínimo 2 tomadas de energia convencionais e 2 plugs . Pés laterais metálicos:</p> <p>Deverão ser fornecidas 02 peças, produzidas com tubos e chapas, unidas pelo processo de solda MIG. Base superior para fixação ao tampo em tubo de aço 30 x 20 x 0,9 mm de espessura mínima. Coluna dupla e paralela formando um duto para passagem de fiação confeccionada em tubos ou chapas de 0,9 mm de espessura mínima, calha externa sacável por encaixe, com a face arqueada ou perfurada, e calha interna lisa fixa, ambas em chapa de aço 0,6 mm de espessura mínima. Base inferior (pata) em chapa de aço 1,2 mm de espessura mínima, repuxada arqueada com extremidades arredondadas dispensando o uso de ponteiras de PVC. Com sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Pé central metálico: Deverá ser fornecida em chapas com 0,9 mm de espessura mínima, dobradas em formato hexagonal, formando um leito vertical para subida de cabeamento da base a calha, e ao tampo. Com 01 tampa de fechamento removível, com 03 furos para receber tomadas elétricas e redes. Com sapatas de nivelamento, para contornar eventuais desníveis do piso.</p> <p>Todas as partes metálicas possuem tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi.</p>		
16.	<p><b>MESA EM FORMATO L:</b> 1350/1350 mm x 600/600 mm x 740 mm.</p> <p>Deverá possuir: Tampo em placa de partícula de madeira de média densidade de 25 mm de espessura. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, com 2,5mm de espessura, raio da borda no mínimo 2,5mm em todo contorno. Deverá ser fixada a estrutura por meio de buchas metálicas e parafusos. Com 03 furos e passa cabos de 60 mm com tampa removível em material pvc rígido.</p> <p>Painel (saia) - Deverá ser fornecido em placa de partícula de madeira de média densidade de 15 mm de espessura e 280 mm de altura, mínimas, sob o tampo. Revestido nas duas faces com filme termo</p>	<b>Unidade</b>	<b>15</b>



	<p>prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno em todo contorno. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Calha: Deverá ser confeccionada com chapas metálicas de 0,9 mm, dobradas em formato "J", com divisão interna horizontal que possibilita a passagem de fiação individual (elétrica e telefonia), com orifícios para instalação de no mínimo 2 tomadas de energia convencionais e 2 para plugs tipo RJ-45.</p> <p>Pés laterais metálicos: Deverão ser fornecidas 02 peças, produzidas com tubos e chapas, unidas pelo processo de solda MIG. Base superior para fixação ao tampo em tubo de aço 30 x 20 x 0,9 mm de espessura mínima. Coluna dupla e paralela formando um duto para passagem de fiação confeccionada em tubos ou chapas de 0,9 mm de espessura mínima, calha externa sacável por encaixe, com a face arqueada ou perfurada, e calha interna lisa fixa, ambas em chapa de aço 0,6 mm de espessura mínima. Base inferior (pata) em chapa de aço 1,2 mm de espessura mínima, repuxada arqueada com extremidades arredondadas dispensando o uso de ponteiros de PVC. Com sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Pé central metálico: Deverá ser fornecida em chapas com 0,9 mm de espessura mínima, dobradas em formato hexagonal, formando um leito vertical para subida de cabeamento da base a calha, e ao tampo. Com 01 tampa de fechamento removível, com 03 furos para receber tomadas elétricas e redes. Com sapatas de nivelamento, para contornar eventuais desníveis do piso.</p> <p>Todas as partes metálicas possuem tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi.</p> <p>Declaração de garantia contra defeito de fabricação por um período mínimo de 5 (cinco) anos.</p>		
17.	<p><b>MESA DE TRABALHO PARA EM AÇO</b></p> <p><b>Material:</b> Estrutura em aço carbono; tampo em chapa OSB com ou sem verniz. <b>Acabamento:</b> Aço in natura com verniz ou pintura eletrostática texturizada homogênea. <b>Estrutura:</b> Tampo: Estrutura Cinza In Natura Com Verniz. <b>Dimensões:</b> 180 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura).</p>	Unidade	5
18.	<p><b>MESA COM DOBRAVEL PEQUENA EM FORMATO REGULAR OU OVAL.</b></p> <p><b>Material:</b> Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm. <b>Componentes:</b> 4 rodízios com trava. <b>Cor:</b> Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura</p>	Unidade	10



	Cinza. <b>Dimensões:</b> 120 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura)		
19.	<b>MESA COM DOBRAVEL MÉDIA EM FORMATO REGULAR OU OVAL.</b> Material: Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm. Componentes: 4 rodízios com trava. Cor: Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura Cinza. Dimensões: 180 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura)	<b>Unidade</b>	<b>05</b>
20.	<b>MESA DOBRÁVEL TRAPEZIONAL.</b> Material: Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25 mm com acabamento melamínico, e fita de borda em pvc maciço 3mm Componentes: 2 rodízios frontais e ajustes fino de altura Cor: Tampo Branco/Borda branca/ Estrutura Cinza Dimensões: 70 cm ( largura) x 80 cm (profundidade) x 74 cm ( altura)	<b>Unidade</b>	<b>15</b>
21.	<b>MESA DE TRABALHO DUPLA(DIMENSÃO:1350X140X74)</b> Mesa plataforma dupla com dois postos posicionados frente a frente. Painel Divisor confeccionado em MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em ambos os lados em melamínico. Medidas do painel: largura: no mínimo 1050mm/ altura: no mínimo 300mm. Acabamentos em fita de PVC com 1mm de espessura no tampo e para as estruturas; Régua central móvel; Calha interna de madeira para passagem de fiações; Sapatas Niveladoras nas laterais para pisos irregulares.	<b>Unid</b>	<b>20</b>
22.	<b>MESA FUNCIONAL COM BASE GIRATORIA</b> Material: Tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm; estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster •Ajuste de Altura: Pistão interno acionado por alavanca •Base: Giratória em polipropileno injetado com 5 hastes e rodízios giratórios •Cor: Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura Cinza •Dimensões: 60 x 70 – 110 (Aa) cm	<b>Unidade</b>	<b>03</b>
23.	<b>PUFF TIPO FUTON</b> Opções de cor: Definidas no processo de compra Material: couro sintético ou material similar Redondo,, Tamanho mínimo: 38x10	<b>Unidade</b>	<b>26</b>

2.1 – Com base no Art. 41, inciso I, alínea "a" da Lei 14.133/2021, e conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, somente serão aceitos mobiliários que sigam o padrão





já existente nas Unidades Escolares, sendo admitidos aqueles dos fabricantes Desk, Home Office, Eduinf ou similares.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

3.1 - Na Lei nº 14.133/2021, temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

3.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns)/serviço(s) demandado(s) verificamos que este(s):

- é (são) passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possui(em) especificações usuais de mercado;
- e possui(em) disponibilidade no mercado.

Logo, os bens a ser adquiridos classificam-se como sendo bens comum.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A presente contratação tem fundamento com base na Lei 14.133/2021.

4.2. A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, possui algumas obras que foram concluídas no exercício 2023, e outras que ainda se encontram em andamento e com previsão de conclusão ainda no ano 2025. Entre essas obras podemos destacar: a reforma do CEIM Ribeira (Concluída); Reforma do C. M. Alberto Monteiro (Concluída); Reforma C. M. Professor Carlos Brandão (a concluir); C.E.I.M Barãozinho (Concluída); Reforma E. M. São Francisco de Assis (a concluir); Construção da Escola Modular na Ribeira (a concluir);

4.3. Além da necessidade de mobiliários para equipar a nova escola e as unidades que estão sendo reformadas, também existe a necessidade de substituição de alguns móveis que já não se encontram em condições de uso, devido ao desgaste natural do tempo.

4.4. Exposto isso, registra-se a necessidade de aquisição de mobiliários para as unidades escolares como, por exemplo, espaço de convivência, sala dos professores, salas de aulas e laboratórios. A aquisição tem por finalidade proporcionar à comunidade acadêmica as condições adequadas para a realização das atividades de ensino, bem como para as atividades administrativas das unidades.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

5.1 Contratação de empresas especializadas para fornecimento de mobiliários, incluindo a entrega, montagem/instalação e garantia, para atender as demandas levantadas.

5.2 Poderão participar deste processo de contratação, empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

5.3 O local de entrega será informado na ordem de serviço, podendo ter como destino quaisquer unidade listada a seguir:





Nº	Unidade de Ensino	Endereço
	C.M. Alberto Monteiro Barbosa	Rua Oswaldo Aranha, 275 - Campo do Prado - Centro
	C. M. Professor Carlos Brandão	Praça Manoel Diz Martinez, 58 – Centro
	C. E. I. M. Ribeira	Rua Padre Antônio C. de Carvalho, s/n - Ribeira -
	E. M. Almerinda Ferreira de Almeida	Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/nº - Japuíba
	E. M. Engenheiro Elias Farhat	Est. Rio-Friburgo, Km 17 - São José da Boa Morte
	E. M.Funchal	Estrada do Carmo, Km 01 – 3º Distrito – Funchal
	E. M.Rio das Pedras	Estrada Niterói-Friburgo, Km 12,5
	E. M. São Francisco de Assis	Rua Osvaldir Vicente Siqueira, 323 – Papucaia
	C. E. I. M. Barãozinho	Rua Luiza Reis, s/nº - Ganguri – Cach. de Macacu
	E. E. M. Matinha	Estrada Rio-Friburgo, Km 70 – Cach. de Macacu-RJ
	E.E.M. José Laurindo de Oliveira	Rua Castro Alves, 360 Papucaia – Cach. de Macacu
	E. E. M.Quizanga	Estrada Quizanga – Subaio – Cach de Macacu
	E. E. M.Bertholdo Duarte Filho	Rua Raiz da Serra – Japuíba – C. de Macacu
	E. E. M.Amazonas	Povoado Marubá – Japuíba – Cachoeiras de Macacu
	E. E. M. Profº. Carlos Brandão	Faraó de Baixo Japuíba. Cach.de Macacu
	E. E. M. Bom Jardim	Estrada do Faraó - Bom Jardim - 2º Distrito
	E. E. M. Castália	Av. Castália, s/n - Cachoeiras de Macacu
	E.M.ProfªCarmen de Carvalho Pinto	Av. Gov. Roberto Silveira, 472 – Campo do Prado
	C.E.I.M. Mirian Lambardozi da S. Belmont	Rua Maestro Eduardo Guimarães, Village, Japuíba
	CREEM de Papucaia	Rua Roberto Kudota, s/nº - Coqueiral – Cach. de Macacu/RJ.
	Escola modular	Ribeira - Papucaia
	Almoxarifado	Rua Osvaldo Marques, 70 – Campo do Prado – Cachoeiras de Macacu/RJ

5.3.1 A contratada deverá entrar em contato com o Setor de Infraestrutura, pelo telefone (21) 98715-4953 – Élica ou Patrícia (21) 96919-0648 para marcar a data, horário em que se fará a entrega.

5.4 Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrão por conta da empresa contratada.

5.5 No ato da entrega dos itens, a empresa deverá apresentar um responsável técnico, com capacidade de atestar as especificações de cada material. A contratante também deverá nomear um responsável para o recebimento do mobiliário.

5.6 Na entrega, o responsável do órgão contratante irá avaliar, juntamente com o responsável técnico da empresa contratada, se cada item contém as devidas especificações detalhadas no Termo de Referência e seus anexos.

5.7 Caso algum item não seja entregue, ou não esteja de acordo com as especificações, ou apresente algum tipo de defeito de fábrica ou danos provocados no transporte, como furos, ferrugem, amassado, quebrado ou pintura incompleta, o produto não será aceito, sendo comunicado ao setor requisitante e assinado um termo pelo responsável técnico da contratante, em duas vias, onde uma ficará com a contratante e outra com a empresa contratada, devendo o item ser entregue/substituído no prazo máximo de 2 (dois) dias, com os custos correndo por conta da empresa contratada.

5.8 Para fins da execução dos serviços de instalação e montagem, a empresa alocará nas dependências da Contratante, recursos humanos de seu quadro, nas quantidades mínimas suficientes para a eficiência dos serviços;

5.9 O mobiliário deve atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a NBR 14006, que trata de mobiliário escolar.

5.10 Garantir que o mobiliário atenda às necessidades de acessibilidade, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

5.11 O mobiliário deve estar alinhado com a identidade visual e o design, seguindo o padrão já existente nas Unidades Escolares, através dos mobiliários da Desk, Home Office, Eduinf e similares, proporcionando uma padronização nas escolas da rede municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, para que todos os alunos tenham as mesmas condições de aprendizado.

5.12 O fornecedor deverá entregar todo o mobiliário logo após a assinatura do contrato.

## **6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

6.1 Não haverá agrupamento dos objetos, uma vez que, analisando o potencial competitivo para essa licitação, sem prejuízos aos aspectos técnicos, proporcionando maior economia de escala e melhor gestão contratual, a Administração considerou que a divisão da contratação por itens permitirá que fornecedores deem seus melhores preços por item.

6.2 Além disso, permite que as empresas que não possuam todos os requisitos de habilitação para determinado item, possam concorrer no certame para os produtos que possuam total capacidade de atender as exigências

## **7. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1 – Entrega do objeto:

7.1.1 - O prazo de entrega dos bens será imediato ou no máximo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato.

7.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.3 - Os bens deverão ser entregues, no local indicado pelo setor requisitante, podendo ter como destino os listados no 5.3.

7.1.4- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento;

7.1.5. - A fiscalização não efetuará o ateste dos objetos até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento;

7.1.6 - O recebimento ficará sujeito, quando cabível, à conclusão da montagem e instalação quando for o caso;

7.1.7 - Os serviços/itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.1.8 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.1.9 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.10 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, onde deverá ser observado o teor o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



7.1.12 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.13 - O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

8.1 O prazo total de garantia, compreendendo legal e contratual dos bens com, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

8.2 O prazo acima se justifica pelo que usualmente é praticado no mercado de produtos objeto deste processo.

8.3 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nas cláusulas acima, o Fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

8.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.5 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

8.6 O prazo de reparação ou substituição indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

8.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

8.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

## **9. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO:**

9.1 Para a participação da licitação pretendida os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Não poderão participar do procedimento licitatório interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar.

9.3. As exigências de habilitação jurídica e de qualificação econômico-financeira serão disciplinadas posteriormente no edital da licitação, todavia salientamos a necessidade das empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.4 A Contratada deverá apresentar, para fins de habilitação, Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa fornecido quantitativo não inferior à 10% em itens com características semelhantes.



9.5. Será admitido o somatório de atestados.

9.6. Será permitida a participação de consórcio no processo licitatório tendo em vista o relevante vulto da aquisição, e vedada a participação de cooperativas tendo em vista a natureza do objeto.

9.7 Juntamente com a proposta deve ser apresentado:

9.7.1. Especificação detalhada do item ofertado, indicando fabricante, marca, modelo e preços atualizados de acordo com o último lance ofertado durante o pregão;

9.7.2. Caso as comprovações exigidas não sejam possíveis com as informações fornecidas pela licitante, poderá ser solicitada documentação adicional que deverá ser enviada de forma eletrônica em até 01 (um) dia útil da data de solicitação;

9.7.3. A não observação das exigências no prazo estabelecido poderá acarretar desclassificação da proposta.

9.8 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

9.9. Valores unitários;

9.10 As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

9.11 – Da Subcontratação:

9.11.1 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.11.2- Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

9.11.3- Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

9.12 Para fins de análise da conformidade dos mobiliários ofertados com as especificações será adotado o critério de amostragem via catálogo onde os licitantes deverão apresentar catálogos, folhetos técnicos ou materiais publicitários oficiais do fabricante contendo imagens, descrições detalhadas, dimensões, materiais utilizados e demais características que permitam a avaliação técnica dos produtos.

9.12. 1A análise será realizada com base nas informações constantes nos documentos apresentados, sendo vedada a inclusão de especificações divergentes das constantes na proposta comercial. Caso seja verificada incompatibilidade entre o catálogo e os requisitos do edital, a proposta poderá ser desclassificada.

9.12.2. Nos casos onde a descrição do objeto constar exigência de certificação do item, deverá ser apresentado juntamente a proposta de preço atualizada.

9.13 A Administração se reserva o direito de, caso necessário, solicitar amostras físicas para complementação da análise, nos termos da legislação vigente e das melhores práticas adotadas em processos licitatórios análogos.

## **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

10.1. Dado que o bem pretendido possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, poderá ser contratado pela modalidade Pregão, com o critério de julgamento de menor preço, com modo de disputa aberto;

## **11. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:**

11.1 – A Classificação orçamentária será feito em momento posterior pelo Setor de Contabilidade do Fundo Municipal de Cachoeiras de Macacu.

## **12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**



12.1. A empresa contratada deve fornecer uma garantia de execução do contrato, que normalmente é de 5% do valor total do contrato, como previsto pela legislação. Esta garantia assegura que a empresa cumprirá todas as condições estabelecidas no contrato.

12.2. Além da garantia de execução, o mobiliário adquirido deve ter garantia de qualidade mínima, que cobre defeitos de fabricação e assegura a durabilidade dos produtos, conforme especificado no contrato. A garantia deve ser claramente definida e abrangente, incluindo os serviços de manutenção e reparos, se aplicáveis.

12.3. A contratada deve garantir o cumprimento dos prazos de entrega e instalação dos móveis, conforme estabelecido no cronograma do contrato.

12.4. Essas garantias são fundamentais para assegurar que o mobiliário adquirido atenda às expectativas de qualidade e desempenho, e que o processo de contratação seja cumprido conforme as normas legais e contratuais.

### **13. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

13.1 - O prazo do contrato será de 180 dias, contados a partir da assinatura, devendo a entrega ser imediata e verificação de conformidade do mobiliário, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa e acordo entre as partes, conforme previsto no Art. 6º, XVII da Lei 14.133/2021.

13.2. A aquisição de mobiliário será realizada conforme as especificações técnicas detalhadas no termo de referência, respeitando os prazos de entrega e montagem acordados no contrato.

13.3 O fornecedor deverá garantir a qualidade dos materiais, durabilidade e conformidade com as normas vigentes de ergonomia e segurança.

### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as 14.133/2021, seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.3. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

## **15 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

15.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024).

15.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

15.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

15.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

15.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

15.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

## **16 – DA DESIGNAÇÃO PARA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

16.1 – Os Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

FISCAL TÉCNICO: Élica Conceição da Silva, matrícula 4505 –  
CPF:047.978.647-02

FISCAL ADMINISTRATIVO: Patrícia de Oliveira Muniz – matr.4649 –  
CPF:036.785.357-47



16.2 Na ausência de ato oficial, deverá estar anexo a esse Termo de Referência, o Termo de designação e aceite para função de fiscal.

## **17. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:**

- 17.1 Observar a forma de fornecimento dos produtos.
- 17.2 Seguir a orientação dada pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu, quanto à forma de fornecimento dos produtos.
- 17.3 Cobrir por sua conta os gastos decorrentes do fornecimento dos produtos, seguindo a orientações dada pela SME e a pontualidade.
- 17.4 Apresentar junto às Notas Fiscais, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução do contrato e manter durante o fornecimento dos produtos as condições de habilitação e qualificações exigidas.
- 17.5 Substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que não satisfazer a qualidade e condições previamente contratadas.
- 17.6 Ressarcir todos os prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante o fornecimento dos produtos, objeto do presente contrato, não excluindo ou realizando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SME.
- 17.7 Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.
- 17.8 A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos no presente Termo de Referência.

## **18. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:**

- 18.1 Fornecer o mobiliário de acordo com as especificações e condições expressas neste Termo de Referência;
- 18.2 O mobiliário deverá estar devidamente embalado, acompanhado da nota de empenho e da respectiva nota fiscal, para conferência e conter em seu rótulo ou embalagem, quando for o caso, além do prazo de validade, as demais exigências legais;
- 18.3 Entregar o mobiliário em prazo não superior ao máximo estipulado no presente termo. Caso o atendimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA deverá apresentar justificativas expressas, solicitando a prorrogação do mesmo, devendo informar a nova data que se efetuará a entrega, ficando a cargo da contratante a concordância ou não com a prorrogação.
- 18.4 Entregar o mobiliário constante deste Termo de Referência respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as Portarias do INMETRO em vigor, no que couber.
- 18.5 Assumir integral responsabilidade pela qualidade do mobiliário fornecido, bem como por todo o transporte e montagem, respondendo por qualquer problema que porventura venha a ocorrer.
- 18.6 Substituir o material que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento.
- 18.7 Retirar o material recusado no momento da entrega do mobiliário correto, facultando à CONTRATANTE dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado (permanência superior a 30 dias) em suas dependências.
- 18.8 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 18.9 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.





18.10. Prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários durante o período da garantia, devendo proporcionar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações que forem considerados necessários para a utilização do mobiliário.

18.11. Todos o mobiliário ofertado deverá ser garantido pelo proponente fabricante de que prestará garantia mínima contratual, a contar da entrega, com observância dos seguintes requisitos:

- Reparar ou substituir peças que acusem defeito de fabricação ou funcionamento;
- Manter assistência técnica, partes e peças de reposição, após a descontinuidade de fabricação.

## **19. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

20.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

20.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, a servidora Élica Conceição da Silva, matrícula 4505 – CPF:047.978.647-02, ou pela respectiva substituta, a servidora Patrícia de Oliveira Muniz – matr.4649 – CPF:036.785.357-47 (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

20.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

20.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

20.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Secretaria de Educação durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



20.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

20.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. a data da emissão;
- b. os dados do contrato e do órgão contratante;
- c. o período respectivo de execução do contrato;
- d. o valor a pagar; e
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

20.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

20.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

20.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;

20.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

20.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 04 de agosto de 2024.

---

**Elaine de Oliveira Muniz**

**Matrícula:4704**

**Servidora responsável pela elaboração do Termo de Referência**

---

**Osório Luiz Figueiredo de Souza**

**Secretário Municipal de Educação**

**Matr.39050**



ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1.	<b>ALMOFADÃO ORTOGONAL -TAMANHO GRANDE</b> Feito com acabamento em couro artificial; Inclui compartimento para enchimento com abertura em zíper; Medindo no mínimo: 100 cm de largura x 90 cm de altura; cores variadas.	10	R\$ 337,28	R\$ 3.372,80	
2.	<b>ARMÁRIO TIPO ESTANTE (DIMENSÃO-800X500X1600 MM)</b> Dimensões e Tolerâncias mínimas de : Largura: 800 mm Profundidade: 500 mm Altura: 1600 mm dentro dos limites das normas técnicas da ABNT. Estrutura Geral:Construído em MDP com espessuras variadas: Tampo superior sobreposto e sub tampo com 25 mm de espessura. Laterais, prateleiras e fundo com espessura mínima de 18 mm e 15 mm, respectivamente. O revestimento em laminado melamínico, com no mínimo 0,2 mm de espessura, é texturizado, semi fosco e antirreflexo, aplicado nas superfícies superiores e inferiores. As bordas com fita de poliestireno: 2,5 mm nas áreas principais e 1,0 mm nas demais, todas coladas a quente (sistema holtmelt) com raio de curvatura mínimo de 2,5 mm. Portas:Produzidas em MDP com espessura de 18 mm, revestidas em laminado melamínico de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Portas fixadas com dobradiças metálicas com abertura mínima de 105 graus e possuem pequeno travamento no final do curso, Sistema de travamento simultâneo: porta direita com fechadura de lingueta e porta esquerda com batentes metálicos. Portas com puxadores metálicos, localizadas abaixo do sub tampo. Prateleiras e Compartimentos: Contém três prateleiras reguláveis, fixadas com suportes plásticos ajustáveis para diferentes alturas. Sub tampo fixo a 745 mm, criando uma separação entre a área com portas e a estante aberta acima. Fundo e Fixação: Fundo em MDP de 15 mm, embutido nas laterais, tampo superior, sub tampo e inferior, sem frestas, garantindo travamento e estabilidade do corpo do armário. As partes do móvel são unidas por cavilhas e parafusos ocultos do tipo mini fix, proporcionando firmeza e estética. A base do armário inclui sapatas niveladoras em material plástico e/ou metálico de alta resistência, para correção de desníveis no piso. As sapatas são ajustáveis internamente, facilitando o nivelamento.	20	R\$ 1.248,00	R\$ 24.960,00	



	Garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação.				
3.	<b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 1)</b> Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 31 cm.	4	R\$ 423,00	R\$1.692,00	
4.	<b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 2)</b> Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 32 cm.	6	R\$ 444,00	R\$ 2.664,00	
5.	<b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 3)</b> Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 45 cm	8	R\$ 471,00	R\$ 3.768,00	
6.	<b>BANCO EM POLIPROPILENO PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA E COM LAUDO DE TDH (TAMANHO 4)</b> Este assento deverá ser confeccionado em polipropileno de alta durabilidade, projetado para suportar grande resistência. Suas principais características deverão incluir uma base abaulada que se adaptará de maneira anatômica ao corpo, proporcionando maior conforto. O assento deverá medir de 33 cm de largura e profundidade não menor que 50 cm.	12	R\$ 519,00	R\$ 6.228,00	
7.	<b>BANQUETA BAIXA EM AÇO</b> O material deverá ser de aço, pintura em verniz ou eletrostática texturizada homogênea, medindo 36 centímetros de largura e 45 centímetros de altura.	42	R\$ 328,00	R\$ 13.776,00	
8.	<b>CADEIRA TERMOPLASTICA RESITENTE.</b> Material: Polipropileno injetado Lavável; Empilhável; Ergonômica; Resistente-suporta não menos que 180 kg Medindo: 49 de largura x 46/80 altura cm.	75	R\$ 254,00	R\$ 19.050,00	
9.	<b>CADEIRA DE ATENDIMENTO.</b> Assento: compensado multilaminado 10mm com espuma expandida/laminada com 40mm de espessura média. Encosto: compensado multilaminado 18mm com espuma expandida/laminada com 30mm de espessura média e densidade de 45/55kg m³. Estrutura: tubo de aço industrial quadrado 20 x 20 mm parede mínima 1,06mm; sapatas articuladas e separadas que evitam o atrito entre as pernas ao empilhar em polipropileno injetado;	100	R\$ 650,91	R\$ 65.091,00	



	Componentes metálicos com tratamento de superfície em fosfato de zinco; pintura a pó do tipo híbrida com camada de 60 microns e cura em estufa à 200º C, na cor preta. Dimensões aproximadas da cadeira: Largura da cadeira: 480mm; Profundidade da cadeira: 570mm; Altura total de cadeira: 920mm; Altura do encosto: 390mm; Largura do encosto: 370mm; Profundidade do assento: 405mm; Largura do assento: 430mm.			
10.	<b>CADEIRA SEM BRAÇOS</b> Dimensões Gerais: 465 mm (largura) x 610 mm (profundidade) x 860 mm (altura). Aceita variações de até 5%, respeitando normas ABNT. Estrutura: Pés em formato de "S", tubo SAE 1010/1020 de 25,40 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura. Lâmina de aço estrutural nervurada, com fixação por parafusos sextavados e porcas de garras duplas rebitas. Encosto: Polipropileno com espuma injetada de 40 mm, densidade 45-55 kg/m³, anatômico e isento de CFC. Dimensões: 425 x 365 mm. Assento: Compensado multilaminado de 13 mm, espuma injetada de 50 mm, densidade 45-55 kg/m³, revestido em poliéster. Dimensões: 465 x 430 mm. Tratamento e Pintura: Banho Nano cerâmico para proteção anticorrosiva, pintura a pó híbrida (poliéster epóxi), preta, semi fosca Garantia de 5 anos.	100	R\$ 199,00	R\$ 19.900,00
11.	<b>CADEIRA COM ENCOSTO ALTO (GIRATÓRIA)</b> Revestimento em tecido sintético de poliéster. Estrutura: Base giratória desmontável com 5 hastes e rodízios de nylon. Coluna central com regulagem de altura por mola a gás, sistema de relax com trava automatizada. Pintura a pó híbrida, preta, com tratamento anticorrosivo Nano cerâmico. Assento: Compensado multilaminado de 14 mm, espuma injetada de alta densidade (45/55 kg/m³), 60 mm de espessura, contracapa de polipropileno. Dimensões: 485 x 465 mm. Encosto: Compensado de 14 mm com curvatura anatômica, espuma de poliuretano injetada (45/55 kg/m³), 60 mm de espessura, revestido em tecido sintético. Dimensões: 460 x 600 mm. Apoio de Braços em Polipropileno; regulagem de altura em 7 posições e ajuste horizontal. Garantia de 5 anos. Dimensões Gerais: 660 x 660-975 x 1065-1180 mm	40	R\$ 633.50,00	R\$ 25.340,00
12.	<b>GAVETEIRO VOLANTE 3 GAVETAS</b> <b>Dimensões:</b> Largura: 300 mm. Profundidade: 450 mm. Altura: 500 mm <b>Material e Acabamento:</b> Estrutura em MDP. <b>Espessura:</b> 15 mm (laterais, frentes, fundo e base), 18 mm (tampo superior); <b>Revestimento:</b> Laminado melamínico texturizado em ambas as faces <b>Bordas:</b> Perfil termoplástico de 1 mm (laterais) e 2 mm (tampo), coladas no sistema "hot melt"	34	R\$ 522,00	R\$ 17.748,00



	<b>Conjunto de Gavetas: Estrutura em</b> Chapa de aço metálica dobrada, espessura mínima de 0,45 mm; <b>Travamento:</b> Haste acionada frontalmente por fechadura com chave interna, capa plástica externa de polietileno injetado; <b>Sistema Escamoteável, que</b> minimiza choques acidentais; <b>Deslizamento:</b> Corrediças metálicas com 02 roldanas em nylon, abertura por cavidades laterais; <b>Rodízios:</b> 04 rodízios de duplo giro injetados em polipropileno para facilitar a movimentação <b>Acabamento e Tratamento: Tratamento Anticorrosivo:</b> Fosfatização em todas as partes metálicas. <b>Pintura:</b> Epóxi para maior durabilidade			
13.	<b>MESA REDONDA PARA SALA DE REUNIÕES</b> <b>Dimensão:1100mmx740mm</b> Placa de partícula de madeira de média densidade, 25mm de espessura. Revestimento em filme termo prensado melamínico, 0,2mm de espessura, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, 2,5mm de espessura, raio mínimo de 2,5mm em todo contorno. Fixação com buchas metálicas e parafusos. <b>Estrutura:</b> Tubos e chapas metálicas. Quatro apoios em chapa de aço repuxada curva, 1,2mm de espessura. Coluna central de sustentação em tubo redondo de 75 Ø x 1,2mm de espessura mínima. Quatro apoios superiores em tubos de aço de no mínimo 20 x 20 x 1,2mm de espessura. Acabamento com sapatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência. <b>Acabamento e Tratamento: Tratamento Anticorrosivo:</b> Fosfatização em todas as partes metálicas. <b>Pintura:</b> Epóxi para maior durabilidade	10	R\$ 758,50	R\$ 7.585,00
14.	<b>MESA DE SECRETARIA ESCOLAR RETANGULAR</b> <b>Dimensão:1350mmx600mm740mm</b> Mesa composta por: Tampo: Placa de partícula de madeira de média densidade, 25mm de espessura. Revestimento em filme termo prensado melamínico, 0,2mm de espessura, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, 2,5mm de espessura, raio mínimo de 2,5mm em todo contorno. Fixação com buchas metálicas e parafusos. <b>Estrutura:</b> Tubos e chapas metálicas. Quatro apoios em chapa de aço repuxada curva, 1,2mm de espessura. Coluna central de sustentação em tubo redondo de 75 Ø x 1,2mm de espessura mínima. Quatro apoios superiores em tubos de aço de 20 x 20 x 1,2mm de espessura mínima. Acabamento com sapatas niveladoras em poliuretano injetado de alta resistência. Acabamento e Tratamento: Tratamento anticorrosivo por fosfatização. Pintura epóxi.	12	R\$ 593,50	R\$ 7.122,00
15.	<b>MESA DE SALA DE ORIENTADOR E SUPERVISOR ESCOLAR EM L:</b> Dimensões: 1500/1500 mm x 600/600 mm x 740 mm. Características mínimas : Tampo em placa de partícula de madeira de média densidade de 25 mm de espessura. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil	15	R\$ 1.848,56	R\$ 27,728,40



	<p>fitas de poliestireno, com 2,5mm de espessura, raio da borda no mínimo 2,5mm em todo contorno. Deverá ser fixada a estrutura por meio de buchas metálicas e parafusos. Com 03 furos e passa cabos de 60 mm com tampa removível em material pvc rígido.</p> <p>Painel (saia) - Em placa de partícula de madeira de média densidade de 15 mm de espessura e 280 mm de altura, mínimas, sob o tampo. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno em todo contorno.</p> <p>A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Calha: Deverá ser confeccionada com chapas metálicas de 0,9 mm, dobradas em formato "J", com divisão interna horizontal que possibilita a passagem de fiação individual (elétrica e telefonia), com orifícios para instalação de no mínimo 2 tomadas de energia convencionais e 2 plugs . Pés laterais metálicos:</p> <p>Deverão ser fornecidas 02 peças, produzidas com tubos e chapas, unidas pelo processo de solda MIG. Base superior para fixação ao tampo em tubo de aço 30 x 20 x 0,9 mm de espessura mínima. Coluna dupla e paralela formando um duto para passagem de fiação confeccionada em tubos ou chapas de 0,9 mm de espessura mínima, calha externa sacável por encaixe, com a face arqueada ou perfurada, e calha interna lisa fixa, ambas em chapa de aço 0,6 mm de espessura mínima. Base inferior (pata) em chapa de aço 1,2 mm de espessura mínima, repuxada arqueada com extremidades arredondadas dispensando o uso de ponteiros de PVC. Com sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Pé central metálico: Deverá ser fornecida em chapas com 0,9 mm de espessura mínima, dobradas em formato hexagonal, formando um leito vertical para subida de cabeamento da base a calha, e ao tampo. Com 01 tampa de fechamento removível, com 03 furos para receber tomadas elétricas e redes. Com sapatas de nivelamento, para contornar eventuais desníveis do piso.</p> <p>Todas as partes metálicas possuem tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi.</p>			
16.	<p><b>MESA PARA A SALA DA DIREÇÃO ESCOLAR EM L:</b> 1350/1350 mm x 600/600 mm x 740 mm.</p> <p>Deverá possuir: Tampo em placa de partícula de madeira de média densidade de 25 mm de espessura. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno, com 2,5mm de espessura, raio da borda no mínimo 2,5mm em todo contorno. Deverá ser fixada a estrutura por meio de buchas metálicas e parafusos. Com 03 furos e passa cabos de 60 mm com tampa removível em material pvc rígido.</p> <p>Painel (saia) - Deverá ser fornecido em placa de partícula de madeira de média densidade de 15 mm de espessura e 280 mm de altura, mínimas, sob o tampo. Revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi fosco e antirreflexo. Bordas com perfil fita de poliestireno em todo contorno. A fixação painel/estrutura deverá</p>	15	R\$ 1,780,00	R\$ 26.700,00





	<p>ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Calha: Deverá ser confeccionada com chapas metálicas de 0,9 mm, dobradas em formato "J", com divisão interna horizontal que possibilita a passagem de fiação individual (elétrica e telefonia), com orifícios para instalação de no mínimo 2 tomadas de energia convencionais e 2 para plugs tipo RJ-45.</p> <p>Pés laterais metálicos: Deverão ser fornecidas 02 peças, produzidas com tubos e chapas, unidas pelo processo de solda MIG. Base superior para fixação ao tampo em tubo de aço 30 x 20 x 0,9 mm de espessura mínima. Coluna dupla e paralela formando um duto para passagem de fiação confeccionada em tubos ou chapas de 0,9 mm de espessura mínima, calha externa sacável por encaixe, com a face arqueada ou perfurada, e calha interna lisa fixa, ambas em chapa de aço 0,6 mm de espessura mínima. Base inferior (pata) em chapa de aço 1,2 mm de espessura mínima, repuxada arqueada com extremidades arredondadas dispensando o uso de ponteiros de PVC. Com sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Pé central metálico: Deverá ser fornecida em chapas com 0,9 mm de espessura mínima, dobradas em formato hexagonal, formando um leito vertical para subida de cabeamento da base a calha, e ao tampo. Com 01 tampa de fechamento removível, com 03 furos para receber tomadas elétricas e redes. Com sapatas de nivelamento, para contornar eventuais desníveis do piso.</p> <p>Todas as partes metálicas possuem tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi.</p> <p>Declaração de garantia contra defeito de fabricação por um período mínimo de 5 (cinco) anos.</p>			
17.	<b>MESA DE TRABALHO PARA AS SALAS MAKER AÇO</b> <b>Material:</b> Estrutura em aço carbono; tampo em chapa OSB com ou sem verniz. <b>Acabamento:</b> Aço in natura com verniz ou pintura eletrostática texturizada homogênea. <b>Estrutura:</b> Tampo: Estrutura Cinza In Natura Com Verniz. <b>Dimensões:</b> 180 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura).	5	R\$ 2.428,00	R\$ 12.140,00
18.	<b>MESA COM DOBRADIÇAS PARA GUARDA-LA, PARA SALA DE RECURSO DAS UNIDADES ESCOLARES EM FORMATO RETANGULAR/ EOU OVAL. PEQUENA</b> <b>Material:</b> Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm. <b>Componentes:</b> 4 rodízios com trava. <b>Cor:</b> Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura Cinza. <b>Dimensões:</b> 120 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura)	10	R\$ 628,00	R\$ 6.280,00
19.	<b>MESA COM DOBRADIÇAS PARA GUARDA-LA, PARA SALA DE RECURSO DAS UNIDADES ESCOLARES EM FORMATO RETANGULAR/ EOU OVAL. MÉDIA</b> <b>Material:</b> Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm. <b>Componentes:</b> 4 rodízios com trava. <b>Cor:</b> Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura Cinza. <b>Dimensões:</b> 180 cm (Largura) x 80 cm (Profundidade) x 74 cm (Altura)	05	R\$ 1.628,00	R\$ 8.140,00
20.	<b>MESA DOBRÁVEL TRAPEZIONAL.</b>	15	R\$ 328,00	4.920,00



	Material: Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster; tampo em chapa de MDP 25 mm com acabamento melamínico, e fita de borda em pvc maciço 3mm Componentes: 2 rodízios frontais e ajustes fino de altura Cor: Tampo Branco/Borda branca/ Estrutura Cinza Dimensões: 70 cm ( largura) x 80 cm (profundidade) x 74 cm ( altura)			
21.	<b>MESA DUPLA PARA A SALA DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES ESCOLARES (DIMENSÃO:1350X140X74)</b> Mesa plataforma dupla com dois postos posicionados frente a frente. Painel Divisor confeccionado em MDP com espessura mínima de 15mm, revestido em ambos os lados em melamínico. Medidas do painel: largura: no mínimo 1050mm/ altura: no mínimo 300mm. Acabamentos em fita de PVC com 1mm de espessura no tampo e para as estruturas; Régua central móvel; Calha interna de madeira para passagem de fiações; Sapatas Niveladoras nas laterais para pisos irregulares.	20	R\$ 2.780,00	R\$ 55.600,00
22.	<b>MESA PARA O PROFESSOR DA SALA MAKER</b> Material: Tampo em chapa de MDP 25mm com acabamento melamínico e fita de borda em PVC maciço 3mm; estrutura em aço carbono com pintura eletrostática híbrido epóxi/poliéster •Ajuste de Altura: Pistão interno acionado por alavanca •Base: Giratória em polipropileno injetado com 5 hastes e rodízios giratórios •Cor: Tampo Branco / Borda Branca / Estrutura Cinza •Dimensões: 60 x 70 – 110 (Aa) cm	03	R\$ 725,83	R\$ 2.177,49
23.	<b>PUFF TIPO FUTON</b> Opções de cor: Definidas no processo de compra Material: couro sintético ou material similar Redondo,, Tamanho mínimo: 38x10	26	R\$ 422,50	R\$ 10.985,00
	<b>TOTAL</b>			R\$ 372.967,69.



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO XXX/2025

Processo Administrativo nº 058/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
XXX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ,  
POR INTERMÉDIO DO GESTOR DO  
FUNDO MUNICIPAL E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXX.**

**O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/RJ DE CACHOEIRAS DE MACACU**, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.347.742/0001-20, com sede na Av. Governador Roberto Silveira, nº .229, Bairro Campo do Prado, Cachoeiras de Macacu/RJ, neste ato, representado pelo **Sr. Secretário Municipal/Gestor do Fundo Municipal de Educação, OSÓRIO LUIZ FIGUEIREDO DE SOUZA, brasileiro**, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 03.980.955-3, expedida pelo Detran e do CPF n.º 501.063.417-15. doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **XXXXXX** com sede **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato, representada pelo senhor, **XXXXXX**, CPF nº **XXXXXX**, Identidade nº **XXXXXXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 058/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico nº **XXXXX/2026**, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 - O objeto do presente instrumento é a: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS TRADICIONAIS E DE APOIO COM CARÁTER PEDAGÓGICO PARA EQUIPAR AS DIVERSAS ÀREAS QUE COMPÕEM AS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ.**

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1– O Termo de Referência;



1.2.2 – A Proposta do contratado;

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação mediante justificativa e acordo entre as partes, conforme previsto no art 6º, XVII da lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4.1- Não haverá garantia de execução contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 - O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

### **6.1 Liquidação e Prazo de Pagamento:**

6.1.1 Recebida a Nota Fiscal, devidamente atestada 2 servidores, o Gestor do Contrato terá 5 (cinco) dias úteis para a liquidação da despesa.

6.1.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal Técnico.

6.1.3 - As notas fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos considerados válidos pela Contratante, não respondendo esta por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.1.4 - O pagamento fica condicionado à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista exigida no Edital por parte da Contratada.



6.1.4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, que deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

- A) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- B) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND.
- C) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da contratada;
- D) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho

6.1.5 Constatada situação de irregularidade das condições de habilitação, a Contratada será notificada, sem prejuízo do pagamento pelos serviços já prestados, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

6.1.6 - O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

6.1.7 - Sobre o valor devido à Contratada, o Fundo Municipal de Educação efetuará as retenções tributárias cabíveis.

6.1.8 - Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **6.2 Da Liquidação:**

6.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

### **6.3. Do Prazo de Pagamento:**

6.3.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.3.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### **6.4. Da Forma de Pagamento:**

6.4.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.4 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica, assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O(A) **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1. Designar formalmente um Fiscal do Contrato e seu substituto para acompanhar e fiscalizar a execução, prestando as informações e esclarecimentos necessários ao(a) **CONTRATADO(A)**.

8.2. Expedir a Ordem de Fornecimento/Serviço (OFS) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

8.3. Proporcionar o acesso da equipe do(a) **CONTRATADO(A)** aos locais de entrega e montagem (unidades escolares), em horários a serem previamente acordados, garantindo as condições mínimas de segurança.

8.4. Efetuar o pagamento devido ao(a) **CONTRATADO(A)** no prazo de 30 (trinta) dias úteis (conforme a sugestão de correção anterior) a contar da data da Liquidação da despesa, observando o procedimento e a documentação exigida (Nota Fiscal/Fatura e ateste do Fiscal).

8.5. Realizar o Recebimento Provisório e Definitivo dos bens conforme os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (10 dias para definitivo) e na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Notificar o(a) **CONTRATADO(A)** por escrito sobre quaisquer irregularidades ou falhas na execução, concedendo prazo para a devida correção.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O(A) **CONTRATADO(A)** se obriga a:





9.1. Fornecer, transportar e entregar os mobiliários nas quantidades e especificações exatas contidas no Termo de Referência (Anexo I), garantindo a qualidade dos materiais e o atendimento rigoroso às normas técnicas e de segurança (ABNT NBR, etc.).

9.2. Garantia: Prestar garantia mínima de 05 (cinco) anos para o mobiliário de uso permanente (mesas, cadeiras, armários), e de 12 (doze) meses para os demais itens, a contar da data do Recebimento Definitivo.

9.3. Montagem e Instalação: Realizar a montagem e instalação dos mobiliários nos locais indicados pela CONTRATANTE (unidades escolares), no prazo estipulado e sem custo adicional, responsabilizando-se por toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos e seguros necessários.

9.4. Promover a limpeza final do local após a montagem, removendo e dando a destinação adequada a todos os resíduos, embalagens e sobras de materiais, antes da entrega final dos bens.

9.5. Cumprir rigorosamente o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega e montagem completa do objeto, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.6. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Assumir integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros durante o transporte e a execução da montagem.

9.8. Responder pelos vícios de qualidade ou quantidade e pelos danos decorrentes do objeto fornecido, conforme previsto na legislação aplicável, incluindo as disposições dos artigos 12, 13 e 18 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver



necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11.2– A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

11.3– Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.4 – Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.5 – O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

11.6– Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

11.7– Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



11.8 – O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

11.9 – A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 - Este contrato poderá ser extinto a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos de acordo com a dotação abaixo discriminada:

**50.007.12.361.0010.4.4.90.52.00.00.00.00.1.573.0000**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada



necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2 - Em se tratando de licitação, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

18.1- A Fiscalização do compromisso de fornecimento e/ou contrato oriundo desta solicitação será ampla e irrestrita e caberá os servidores:

FISCAL TÉCNICO: Élica Conceição da Silva, matrícula 4505 – CPF:047.978.647-02

FISCAL ADMINISTRATIVO: Patrícia de Oliveira Muniz – matr.4649 – CPF:036.785.357-47

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1 Fica eleito e aceito pelas partes CONTRATANTES, o Foro da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, como sendo o único competente para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem justos e CONTRATADOS, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo

Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXXX de 2026.

---

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DE CACHOEIRAS DE MACACU**

**Osório Luis Figueiredo de Souza**

**Secretário Municipal de Educação**

**CONTRATANTE**

---

**EMPRESA XXXXXXXX**

**CNPJ Nº**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF: